ECONSTOR
Make Your Publications Visible.

A Service of

ZBW Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

da Conceição, Júnia Cristina Peres R.; da Conceição, Pedro Henrique Zuchi

Working Paper

Agricultura: Evolução e importância para a balança comercial Brasileira

Texto para Discussão, No. 1944

Provided in Cooperation with:
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: da Conceição, Júnia Cristina Peres R.; da Conceição, Pedro Henrique Zuchi (2014) : Agricultura: Evolução e importância para a balança comercial Brasileira, Texto para Discussão, No. 1944, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/121543

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

1944
TEXTO PARA DISCUSSÃO

ipea

AGRICULTURA: EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Júnia Cristina Peres R. da Conceição
Pedro Henrique Zuchi da Conceição

ipea
Por um Brasil desenvolvido

1944
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Brasília, março de 2014

AGRICULTURA: EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Júnia Cristina Peres R. da Conceição*
Pedro Henrique Zuchi da Conceição**

* Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.
** Professor da Universidade de Brasília (UnB).

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro interino Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete
Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2014

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: Q10, Q 17

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO 8

3 IMPORTÂNCIA DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL 10

4 DESAFIOS PARA O SETOR AGRÍCOLA NACIONAL NO QUE SE REFERE À INSERÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL 18

5 CONCLUSÕES 25

REFERÊNCIAS 26

SINOPSE

Este trabalho procurou fazer uma análise histórica do setor agrícola brasileiro, procurando enfatizar a importância do setor na obtenção de saldos positivos na balança comercial. Uma das conclusões do artigo é que o setor agrícola ainda desempenha um importante papel no que se refere a sua contribuição no comércio internacional e, desta forma, para o desenvolvimento econômico do país.

Palavras-chave: agricultura; comércio internacional; crescimento econômico.

ABSTRACT

The present paper intended to make a historical analysis of the Brazilian agricultural sector. It was showed the importance of the agricultural sector for the superavits in the trade balance. One of the conclusions of the article is that the agricultural sector is still important and has an important role in the International commerce.

Keywords: agriculture; international commerce; economic development.

1 INTRODUÇÃO

Em geral, a política econômica é formulada com o objetivo final de aumentar o bem-estar material da sociedade pela elação do poder aquisitivo da população e pela melhoria da distribuição deste poder aquisitivo entre indivíduos e regiões. Isto equivale a expandir, qualitativamente e distributivamente, o mercado interno de bens de consumo do país.

Dada essa constatação inicial, pretende-se discutir como o setor agrícola nacional contribui para o saldo da balança comercial. A variável-chave de análise para esta investigação será a evolução da participação das exportações agrícolas na balança comercial. É evidente que existem outras variáveis importantes. Mas, optou-se pela análise desta variável (evolução das exportações agrícolas) em função de sua importância para a análise da sustentação macroeconômica do crescimento do país e também porque ela evidencia a importância do setor agrícola para cumprimento desta função.

Segundo Simonsen (1978), há uma razão especial para que os países se preocupem não apenas com o saldo final do balanço de pagamentos, mas também com o da conta-corrente. Isso porque se há *deficit* na conta-corrente, ele terá de ser coberto. E um país só pode cobri-lo em conta-corrente de três maneiras:

- recebendo investimentos diretos;
- aumentando seu endividamento externo; ou
- diminuindo suas reservas internacionais.

Dado esse contexto inicial, este artigo pretende discutir o desempenho do setor agrícola nacional no atendimento às exportações e, portanto, na elaboração de saldos positivos na balança comercial. Para tanto, é discutida, na primeira parte, a evolução histórica do setor agrícola brasileiro; na segunda parte, é apresentado o contexto atual do setor agrícola; na terceira parte, é apresentada a evolução das exportações agrícolas brasileiras, ressaltando a diversificação na pauta de exportações e também a diferenciação no destino dos nossos produtos ao longo dos anos; e na última parte, são apresentados alguns desafios para o setor agrícola nacional.

2 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO

A partir de meados da década de 1960 até o final da década de 1980, a agricultura brasileira atravessou um forte processo de transformação, crescendo a taxas expressivas, alterando suas fontes de crescimento. Neste período de transformações, as produtividades da terra e do trabalho passaram a fazer parte da dinâmica de crescimento do setor.

Essas transformações foram possibilitadas, em grande parte, por uma estratégia bem definida de modernização agrícola. O eixo central desta estratégia foi a expansão do crédito rural subsidiado destinado à aquisição de insumos modernos, aliada a um processo intenso de substituição de importações, tanto na área mecânica quanto na área química de insumos agrícolas.

Esse processo contribuiu para a consolidação do setor de insumos modernos, que se desenvolveu na esteira da expansão da área plantada, dos incentivos à produção doméstica de insumos, do incremento do volume de crédito seletivo e da dinamização das exportações agrícolas, favorecidas por um mercado externo francamente em expansão.

Além disso, foi no início da década de 1970 que se consolidou o outro pilar fundamental para a modernização do setor agrícola brasileiro. Foram criadas, nos âmbitos federal e estadual, as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural e os instrumentos de política econômica, com o objetivo de incrementar a produtividade. Registro especial deve ser feito à criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973.

A agricultura brasileira passou, portanto, por um grande impulso entre as décadas de 1960 e 1980, devido ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, proporcionando o domínio de regiões antes consideradas inadequadas para a agropecuária. Isso fez surgir a oferta de um grande número de produtos. O país passou, então, a ser considerado como aquele que dominou a "agricultura tropical".

Segundo Barros (1983), fica evidente que a estratégia brasileira de modernização agrícola, no período 1960-1980, baseou-se em quatro pontos fundamentais: expansão dos programas de crédito subsidiado, elevação dos gastos em extensão rural e pesquisa, maior abertura ao comércio internacional e prioridade ao setor de insumos modernos.

Foi em função desses fatores que os ganhos de produtividade passaram a ser uma importante fonte de crescimento da produção, especialmente das culturas ditas modernas. Ferreira (1991), utilizando uma versão modificada do modelo de decomposição estrutural diferencial, analisou as fontes de crescimento da agricultura brasileira no período 1977/1978 a 1987/1988. Os resultados encontrados pelo autor mostram a crescente importância dos ganhos de produtividade, que passaram a ser a principal fonte de crescimento na década de 1980.

Essa estratégia de modernização da agricultura, a partir da década de 1980, começa a mostrar sinais de arrefecimento. Desde os últimos anos desta, reduziram-se drasticamente as aplicações públicas fiscais e financeiras no setor agrícola, devido aos dois principais instrumentos de política agrícola, crédito rural e preços mínimos, terem sido severamente sacrificados.

Na realidade, a partir de 1985, já se tinha desenhado um arcabouço de uma política agrícola mais voltada para o mercado. A motivação para tal reformulação estava no esgotamento do modelo de substituição de importações e no início do processo de abertura da economia.

A década de 1990 apresentou, portanto, um novo desafio à agricultura brasileira, inclusive aos agricultores modernos, devido às restrições decorrentes da abertura econômica e da crise fiscal: o crescimento com maior eficiência no processo produtivo.

Apesar desse novo contexto, as perspectivas para o setor agrícola no Brasil continuaram promissoras. O Brasil detém terras abundantes, planas e baratas, como são os Cerrados, com uma grande reserva de terras; dispõe de produtores rurais experientes e capazes de transformar estas potencialidades em produtos comercializáveis; bem como detém um estoque de conhecimentos e tecnologias agropecuárias, transformadoras de recursos em produtos.

A manutenção e o crescimento da participação produtiva do setor agropecuário nacional vinculam-se, necessariamente, às questões relacionadas ao uso do solo no médio e longo prazo. A sustentabilidade ambiental, a legalidade do uso da terra e a ampliação dos resultados da pesquisa agropecuária são os elos para a manutenção da trajetória de crescimento do setor agropecuário (Nassar *et al.*, 2010).

Por conta de condições extremamente favoráveis para a contínua expansão desse mercado, como o farto espaço territorial, a existência de mão de obra acessível e diversas questões ligadas à conjuntura internacional, o país é visto por muitos especialistas como principal candidato ao posto de grande fornecedor alimentício global.

A agricultura brasileira tem uma trajetória longa e crescente de relação com o comércio internacional. A competição com o mercado internacional tem sido um dos determinantes do padrão de crescimento do setor, impondo uma necessidade de ganhos de produtividade e eficiência no processo produtivo. Em função disso, os principais desafios colocados para o setor atualmente dizem respeito à diminuição da assimetria das relações comerciais, ao apoio à reestruturação e modernização e à melhoria da logística e da infraestrutura.

Nesse novo contexto, a *competitividade* dos produtos agrícolas brasileiros deve ser analisada sob o enfoque das dimensões: *i)* empresarial, que diz respeito à produtividade, ou seja, à relação entre custo e preço, bem como da qualidade, inovação e *marketing*; *ii)* estrutural, referente à dimensão mercadológica; e *iii)* sistêmica, relativa aos fatores macroeconômicos. Isto é, a competitividade dos produtos depende da eficiência do processo produtivo, do aspecto da comercialização e também dos fatores macroeconômicos que influenciarão as políticas de apoio ao setor (crédito rural, preços mínimos, pesquisa e tecnologia).

3 IMPORTÂNCIA DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Até 1989 a tônica no Brasil era de um modelo comum a praticamente toda a América Latina, qual seja, o processo de substituição de importações. Isto implicava um controle rígido das importações.

Na década de 1980, coube à agricultura a tarefa de gerar *superavit* comerciais, a fim de equilibrar o balanço de pagamentos, agravado pela crise da dívida externa e pelos mal sucedidos planos de combate à inflação. A economia brasileira passou a ser submetida a políticas macro, que buscavam a queda nos índices gerais de preços e o ajuste do setor externo.

Para se atingir o objetivo de ajuste externo, foram efetivadas, no âmbito da política cambial, maxidesvalorizações, e as políticas fiscal e monetária tornaram-se fortemente contracionistas com vistas a reduzir o *deficit* público e o crédito doméstico.

Nesse contexto de agravamento das contas públicas, houve a deterioração do sistema de crédito rural. Ainda assim foi mantida uma trajetória de crescimento no setor agropecuário, porém com enfraquecimento do modelo extensivo de crescimento baseado na expansão de área e no fortalecimento de outro em que a produtividade passou a ser a principal tônica de aumento da produção (Gonzalez e Costa, 1998).

A rápida abertura comercial que ocorreu a partir do final da década de 1980, representada pela diminuição do volume de tarifas de 55%, em 1987, para 14%, em 1995; e o processo de intensa desregulamentação do Estado, que diminuiu seu poder de intervenção, formaram um novo contexto de inserção da agricultura (Coelho, 1997).

Segundo Melo ([s.d.]), as principais variáveis que atuaram desfavoravelmente nos anos 1990 foram: *i)* política monetária de elevados juros real; *ii)* sobrevalorização da taxa de câmbio real; *iii)* reduções, em vários casos excessivas, das tarifas de importação de produtos agrícolas; *iv)* ampliação do diferencial de taxas de juros (interna e externa), causando maior incentivo à realização de arbitragem financeira nas importações (inclusive pelos menores juros nas exportações dos países desenvolvidos); e *v)* crescimento econômico interno relativamente pequeno, fator limitante do crescimento da demanda interna de alimentos.

A verificação de como está a necessidade de financiamento do setor externo fornece algumas pistas importantes para a política macroeconômica do país. Os dados da tabela 1 permitem que se façam algumas análises. A ampliação do saldo negativo nas contas de transação corrente nos últimos anos da década deixa clara a evidência de um aumento da necessidade de financiamento externo para o fechamento das contas de acumulação da economia nacional.

No início dos anos 2000, com o saldo positivo nas transações correntes, a necessidade de financiamento externo não se mostrava elevada. Entretanto, a situação se inverte em 2010.

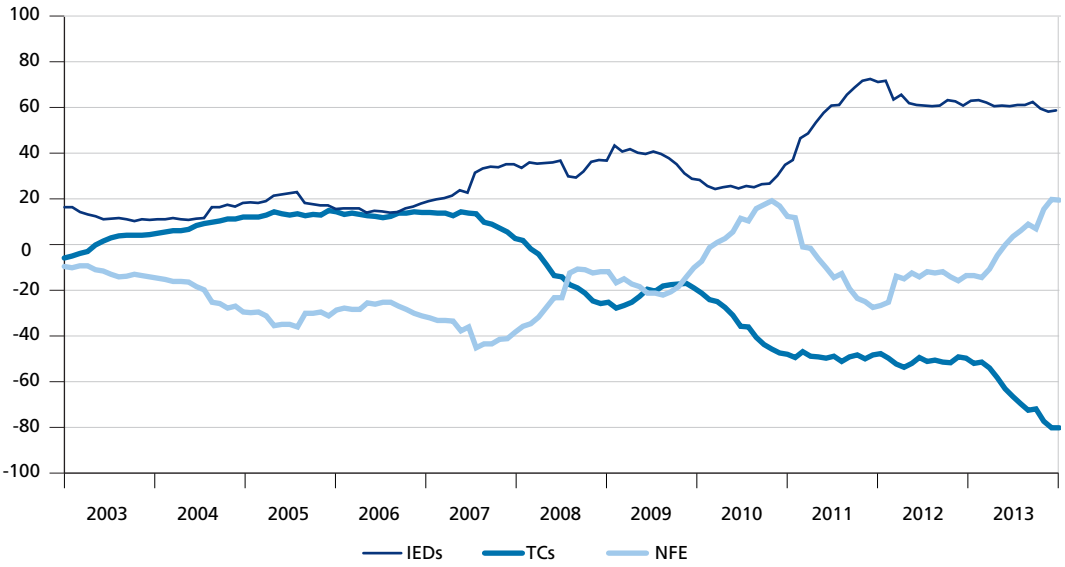
TABELA 1
Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo[1]
(Em US$ milhões)

Discriminação		Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
		Valor		PIB (%)	Valor		PIB (%)	Valor		PIB (%)
		Mensal	Últimos doze meses	Últimos doze meses	Mensal	Últimos doze meses	Últimos doze meses	Mensal	Últimos doze meses	Últimos doze meses
2001	Dez.	-1.787	-23.215	-4,19	3.659	22.457	4,06	-1.872	757	0,14
2002	Dez.	-84	-7.637	-1,51	1.503	16.590	3,29	-1.419	-8.954	-1,78
2003	Dez.	343	4.177	0,75	1.409	10.144	1,83	-1.752	-14.321	-2,59
2004	Dez.	1.202	11.679	1,76	3.150	18.146	2,73	-4.352	-29.825	-4,49
2005	Dez.	530	13.985	1,58	1.406	15.066	1,71	-1.936	-29.051	-3,29
2006	Dez.	438	13.643	1,25	2.457	18.822	1,73	-2.896	-32.465	-2,98
2007	Dez.	-498	1.551	0,11	886	34.585	2,53	-388	-36.136	-2,64
2008	Dez.	-3.119	-28.192	-1,71	8.115	45.058	2,73	-4.997	-16.866	-1,02
2009	Dez.	-5.950	-24.302	-1,49	5.109	25.949	1,60	841	-1.646	-0,10
2010	Dez.	-3.495	-47.273	-2,20	15. 374	48.506	2,26	-11.880	-1.233	-0,06
2011	Dez.	-6.011	-52.473	-2,12	6.644	66.660	2,69	- 633	-14.187	-0,57
2012	Jan.	-7.050	-53.951	-2,20	5.405	69.112	2,81	1.645	-15.161	-0,62
	Fev.	-1.732	-52.213	-2,14	3.646	64.963	2,66	-1.914	-12.750	-0,52
	Mar.	-3.279	-49.754	-2,05	5.897	64.074	2,64	- 2.618	-14.320	-0,59
	Abr.	-5.368	-51.521	-2,14	5.243	63.797	2,65	125	-12.276	-0,51
	Maio	-3.422	-50.761	-2,13	3.716	63.540	2,66	-294	-12.780	-0,54
	Jun.	-4.393	- 51.676	-2,18	5.822	63.888	2,70	-1.429	-12.212	-0,52
	Jul.	-3.746	-51.862	-2,21	8.440	66.345	2,83	-4.694	-14.483	-0,62
	Ago.	-2.551	-49.573	-2,13	5.035	65.784	2,83	-2.484	- 16.212	-0,70
	Set.	-2.599	-49.939	-2,16	4.393	63.872	2,77	-1.794	- 13.933	-0,60
	Out.	-5.428	-52.214	-2,28	7.730	66.027	2,88	-2.302	- 13.814	-0,60
	Nov.	-6.257	-51.835	-2,28	4.587	66.558	2,93	1.670	- 14.723	-0,65
	Dez.	-8.406	-54.230	-2,41	5.358	65.272	2,90	3.048	-11.041	-0,49
2013	Jan.	- 11.350	-58.531	-2,58	3.703	63.570	2,81	7.647	-5.039	-0,22
	Fev.	-6.600	-63.398	-2,79	3.814	63.737	2,81	2.786	-339	-0,01
	Mar.	-6.862	-66.981	-2,95	5.739	63.579	2,80	1.123	3.402	0,15
	Abr.	-8.300	-69.914	-3,07	5.720	64.057	2,81	2.579	5.857	0,26
	Maio	-6.413	-72.905	-3,20	3.880	64.221	2,82	2.533	8.684	0,38
	Jun.	-3.953	-72.465	-3,17	7.170	65.569	2,87	-3.217	6.896	0,30

Fonte: Banco Central do Brasil 2013.
Nota: [1] Necessidade de financiamento externo = *deficit* de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias).

No gráfico 1, pode-se identificar com clareza a relação inversa entre o saldo nas transações correntes e a necessidade de financiamento externo. Vale ressaltar que o saldo em transações correntes já começa a mostrar sinais de preocupação em 2008, quando se apresenta negativo. A partir deste ano, os saldos têm se mostrado sistematicamente negativos.

GRÁFICO 1
Investimentos estrangeiros diretos (IEDs), transações correntes (TCs) e necessidade de financiamento externo (NFE)
(Em US$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil 2013. Disponível em: <http://goo.gl/pesyxw>.
Obs.: os valores são referentes ao acumulado em doze meses.

É a partir desse contexto, em que é evidenciada a necessidade de saldos positivos na balança comercial (haja vista que este é um item das transações correntes), que se verifica mais nitidamente a importância do setor agrícola. A tabela 2 e os gráficos 1 e 2 apresentam o resultado do balanço comercial brasileiro e o balanço comercial do agronegócio das últimas duas décadas.

São apresentadas informações que têm início com o processo de abertura comercial no governo Collor, passam pelo sucesso do processo de estabilização da economia brasileira a partir do Plano Real e chegam à fase recente de crescimento, com controle da inflação doméstica a partir da manutenção dos mecanismos monetários e fiscais.

TABELA 2
Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio (1989-2012)
(Em US$ bilhões)

Ano	Exportações			Importações			Saldo	
	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Participação % (B/A)	**Total Brasil (C)**	Agronegócio (D)	Participação % (D/C)	**Total Brasil**	Agronegócio
1989	**34,383**	13,921	40,49	**18,263**	3,081	16,87	**16,119**	10,840
1990	**31,414**	12,990	41,35	**20,661**	3,184	15,41	**10,752**	9,806
1991	**31,620**	12,403	39,23	**21,040**	3,642	17,31	**10,580**	8,761
1992	**35,793**	14,455	40,38	**20,554**	2,962	14,41	**15,239**	11,492
1993	**38,555**	15,940	41,34	**25,256**	4,157	16,46	**13,299**	11,783
1994	**43,545**	19,105	43,87	**33,079**	5,678	17,16	**10,466**	13,427
1995	**46,506**	20,871	44,88	**49,972**	8,613	17,24	**-3,466**	12,258
1996	**47,747**	21,145	44,29	**53,346**	8,939	16,76	**-5,599**	12,206
1997	**52,983**	23,367	44,10	**59,747**	8,193	13,71	**-6,765**	15,173
1998	**51,140**	21,546	42,13	**57,763**	8,041	13,92	**-6,624**	13,505
1999	**48,013**	20,494	42,68	**49,302**	5,694	11,55	**-1,289**	14,800
2000	**55,119**	20,594	37,36	**55,851**	5,756	10,31	**-0,732**	14,838
2001	**58,287**	23,857	40,93	**55,602**	4,801	8,64	**2,685**	19,056
2002	**60,439**	24,840	41,10	**47,243**	4,449	9,42	**13,196**	20,391
2003	**73,203**	30,645	41,86	**48,326**	4,746	9,82	**24,878**	25,899
2004	**96,677**	39,029	40,37	**62,836**	4,831	7,69	**33,842**	34,198
2005	**118,529**	43,617	36,80	**73,600**	5,110	6,94	**44,929**	38,507
2006	**137,807**	49,465	35,89	**91,351**	6,695	7,33	**46,457**	42,769
2007	**160,649**	58,420	36,37	**120,617**	8,719	7,23	**40,032**	49,701
2008	**197,942**	71,806	36,28	**172,985**	11,820	6,83	**24,957**	59,987
2009	**152,995**	64,786	42,35	**127,722**	9,900	7,75	**25,273**	54,886
2010	**201,915**	76,442	37,86	**181,768**	13,391	7,37	**20,147**	63,051
2011	**256,040**	94,968	37,09	**226,238**	17,497	7,73	**29,802**	77,471
2012	**242,580**	95,814	39,50	**223,142**	16,406	7,35	**19,438**	79,408

Fonte: AgroStat Brasil; Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC). Disponível em: <http://agricultura.gov.br>.
Elaboração: Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI), Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPI) e Coordenação Geral de Organização para Exportação (CGOE) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Conforme Melo ([s.d.]), um conjunto de variáveis teve um comportamento favorável nos anos 1990: *i)* a melhoria, até 1997, das cotações internacionais de produtos agropecuários; *ii)* as reduções dos preços reais de insumos agrícolas, principalmente nos casos de fertilizantes, defensivos, medicamentos e máquinas, beneficiados que foram por menores tarifas de importação (a abertura comercial); *iii)* a continuação do processo de geração de inovações tecnológicas pelos setores público e privado, destacando-se o papel da Embrapa; e *iv)* as modificações de política econômica,

com destaque para a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações agropecuárias a partir de 1997 (a partir da Lei Kandir), a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, e a introdução de novos instrumentos de comercialização na política agrícola. As mudanças nas tarifas de importação de insumos, um dos pontos positivos da abertura comercial, e as inovações tecnológicas tinham como objetivo o aumento na produtividade dos fatores de produção.

Segundo Faveret Filho e Paula (2002), na década de 1990, três fatores foram marcantes para a balança comercial agrícola: *i)* a abertura comercial, que eliminou a proteção de setores agroindustriais; *ii)* a restrição fiscal, que reduziu os recursos públicos disponíveis para financiar o setor; e *iii)* a implantação do real, que aprofundou a desproteção do setor agroindustrial, mediante a elevação dos juros e a valorização do câmbio. Contudo, a instabilidade macroeconômica do final da década de 1990 não desacelerou a agroindústria, pois seus dois segmentos tiveram grande estímulo, com a desvalorização cambial e o consequente aumento do *quantum* exportado. Ademais, a agricultura foi favorecida pela criação de linhas de crédito especiais, com juros fixos – destacando-se o Moderfrota –, que auxiliaram o processo de modernização do campo (Faveret Filho e Paula, 2002, p. 1).

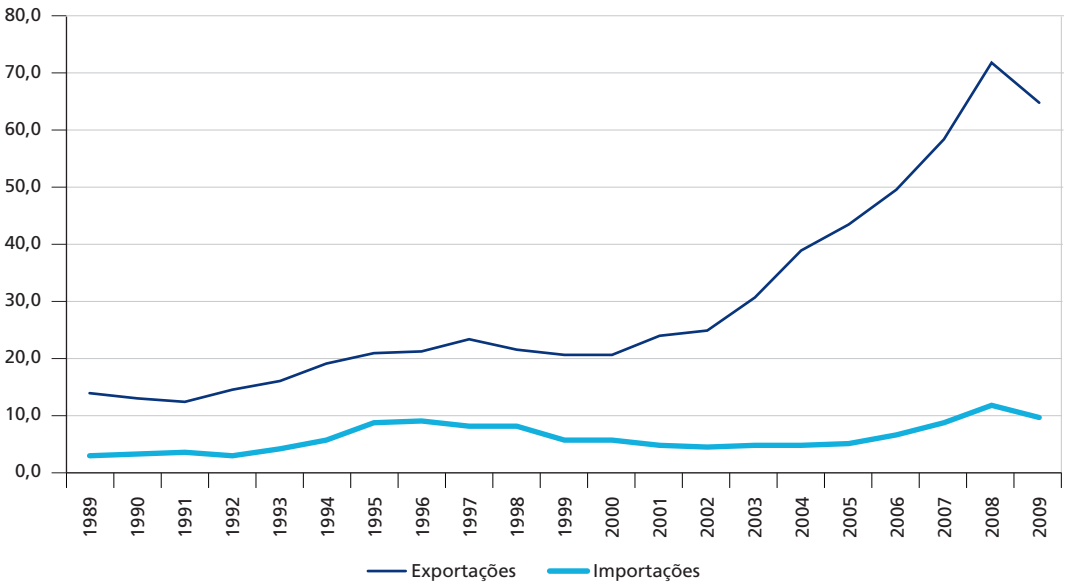
Em resumo, houve, durante a década de 1990, um crescimento positivo no saldo da balança comercial agrícola brasileira, resultado principalmente da abertura comercial ocorrida no período. No entanto, é importante destacar que esta maior abertura da política comercial brasileira foi fruto de um processo de liberalização em escala mundial. Se, nas décadas de 1970 e 1980, a política comercial brasileira se fechava aos fluxos de comércio internacional, acontecia o mesmo com a maioria dos países, principalmente os desenvolvidos. O que diferenciou basicamente as políticas comerciais foi o grau de proteção aos setores internos, muito maior nos países mais desenvolvidos, o que se transformou em mais um empecilho para a inserção da agricultura brasileira no mercado internacional.

A participação do agronegócio brasileiro na construção do saldo no balanço comercial tem sido crescente e superior ao desempenho nacional desde o início do processo de abertura, em 1989. Em 2009 o crescimento do saldo do agronegócio atingiu 506,759% em comparação ao início do processo de abertura comercial.

Mesmo em momentos como o da implantação do Plano Real, com a valorização do real perante o dólar estadunidense, o desempenho do setor agropecuário foi positivo e crescente no que diz respeito ao saldo comercial. Ainda sob os efeitos da crise mundial recente, o desempenho também se mantém elevado.

Destaca-se ainda o fato de as exportações do agronegócio nacional manterem uma trajetória ascendente no período, sem ampliar significativamente suas importações, mesmo em período de desvalorização cambial acentuada (gráfico 2). A reversão do saldo do balanço comercial brasileiro não reduz a participação das exportações do setor agroindustrial nacional.

GRÁFICO 2
Evolução das exportações e importações do agronegócio brasileiro
(Em US$ bilhões)



Fonte: AgroStat Brasil; Secex/MDIC.
Elaboração: SRI/DPI/CGOE/Mapa.

Fica evidenciada, portanto, a importância do setor agrícola no comércio internacional. As exportações agrícolas foram responsáveis por 42,53% das exportações totais. Nas importações totais, o agronegócio foi responsável por apenas 7,7% destas. A tabela 3 apresenta os principais produtos exportados em 1999 e 2010.

TABELA 3
Exportações agrícolas – principais produtos exportados (1999 e 2010)

Exportação do agronegócio brasileiro - total				
Ranking por valores de 2012				
Principais produtos exportados	2012		2002	
	Valor (US$)	Participação (%)	Valor (US$)	Participação (%)
Soja em grãos	17.447.306.054	23,2	3.029.177.169	12,7
Açúcar em bruto	10.030.103.067	13,3	1.111.342.998	4,7
Carne de frango	7.211.201.783	9,6	1.392.823.429	5,8
Farelo de soja	6.595.483.857	8,8	2.198.958.730	9,2
Cereais	6.452.301.318	8,6	266.839.502	1,1
Carne bovina	5.744.134.848	7,6	1.143.840.655	4,8
Café verde	5.721.757.641	7,6	1.195.531.237	5,0
Milho	5.287.267.448	7,0	259.944.725	1,1
Celulose	4.700.499.229	6,3	1.160.146.998	4,9
Fumo não manufaturado	3.197.303.248	4,3	977.669.510	4,1
Açúcar refinado	2.814.765.927	3,7	982.300.747	4,1
Total	**75.202.124.420**	**100**	**23.866.392.307**	**100**

Fonte: AgroStat Brasil; Secex/MDIC.
Elaboração: SRI/DPI/CGOE/Mapa.

Percebe-se pelos dados um incremento substancial no total exportado entre 1999 e 2010. O complexo soja continua se destacando como o principal exportador. E o complexo de carnes apresenta participação significativa, praticamente dobrando o valor das exportações no período avaliado. O complexo sucroalcooleiro também amplia sua participação no valor das exportações agrícolas nacionais. Observa-se uma retração da participação do setor cafeeiro, de suco de fruta e de produtos florestais na formação do valor das exportações do setor agropecuário.

Mais recentemente, entre os fatores que explicam o desempenho positivo do agronegócio, destacam-se a queda nos estoques de grãos, que vem ocorrendo desde o final da década de 1990, e o incremento da demanda de países em desenvolvimento. Verifica-se uma alteração do destino de nossas exportações agropecuárias, conforme evidencia a tabela 4. Percebe-se ainda o crescimento da importância da China como destino dos nossos produtos. Outro ponto que merece destaque é a redução de importância dos Estados Unidos como destino das nossas exportações.

TABELA 4
Exportações agrícolas – principais destinos (2002 e 2012)

Principais destinos	2002		2012	
	Valor (US$)	Participação (%)	Valor (US$)	Participação (%)
China	1.360.100.876	5,47	17.975.280.966	18,76
Estados Unidos	4.138.756.980	16,66	7.028.434.784	7,34
Países Baixos	2.273.670.656	9,15	6.123.631.401	6,39
Japão	994.189.682	4,00	3.538.263.716	3,69
Alemanha	1.336.235.926	5,38	3.121.335.383	3,26
Rússia	1.211.345.363	4,88	2.904.470.620	3,03
Bélgica	1.029.686.599	4,14	2.463.984.771	2,57
Arábia Saudita	409.796.789	1,65	2.450.254.549	2,56
Itália	1.019.888.111	4,10	2.298.310.461	2,40
Coreia do Sul	367.800.424	1,48	2.196.330.206	2,29
Demais	10.704.248.177	43,08	45.713.208.880	47,71
Total	**24.845.719.583**	**100**	**95.813.505.737**	**100**

Fonte: AgroStat Brasil; Secex/MDIC.
Elaboração: SRI/DPI/CGOE/Mapa.
Obs.: os valores referem-se ao total de exportações do agronegócio brasileiro. *Ranking* por valores de 2012.

A mudança dos destinos de parte significativa das exportações brasileiras de produtos agropecuários tem exigido adaptações e melhorias no processo de comercialização dos produtos. Novas rotinas e procedimentos são necessários para a contínua conquista de novos mercados. A crise financeira que se verificou no final da primeira década do século XXI, em especial nos Estados Unidos e na Europa, pode ser considerada um fator para alteração dos destinos. No entanto, não se pode negligenciar o crescimento econômico de países como a China e a Índia para a ampliação das exportações brasileiras.

4 DESAFIOS PARA O SETOR AGRÍCOLA NACIONAL NO QUE SE REFERE À INSERÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Alguns estudiosos sobre o tema no Brasil argumentam que a análise da composição do saldo comercial e da estrutura das exportações brasileiras mostra sinais de doença holandesa e de reespecialização da estrutura produtiva em produtos intensivos em recursos naturais causadas pelo contexto de apreciação cambial e de valorização dos preços das *commodities* no mercado internacional no período recente.

Entre esses, Bresser-Pereira e Marconi (2008) argumentam que a economia brasileira tende a ser afetada pela doença holandesa, uma vez que o país possui vantagens comparativas na produção de diversas *commodities*. A partir de 2003, o aumento da demanda e dos preços relativos destas, conjugado com o elevado diferencial entre a taxa de juros interna e externa, contribuiu para apreciar o câmbio real e agravar os efeitos da doença holandesa no país. Os autores esclarecem que a elevação mais recente dos preços das *commodities* implicou aumento da diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a de equilíbrio industrial, dificultando a competitividade da indústria nacional intensiva em tecnologia. Além disso, verifica-se o aumento mais expressivo das exportações de *commodities* que das vendas externas de manufaturados no período 2002-2007, sendo a evolução do saldo das *commodities* positiva no período, enquanto o saldo dos manufaturados sofreu retração. Segundo os autores, a redução da participação dos manufaturados no valor agregado total dos bens comercializáveis evidencia que não houve desindustrialização em relação ao produto interno bruto (PIB), mas em relação às *commodities*. Nesta direção, também se observa o menor crescimento do PIB da indústria brasileira comparado ao crescimento do PIB industrial de outros países em desenvolvimento, além do menor avanço do setor de alta tecnologia em relação à indústria em geral.

Sampaio e Pereira (2009) oferecem evidências de que a classe dos produtos básicos apresentou uma tendência de crescimento do *quantum* exportado superior ao crescimento das classes de manufaturados e semimanufaturados paralelamente à valorização da moeda doméstica, especialmente após 2002. Porém, este crescimento das exportações de produtos básicos não contribuiu para o país atingir taxas de crescimento superiores à mundial.

Ademais, os autores assinalam uma perda de participação relativa da indústria a partir da década de 1990, atrelada principalmente às políticas neoliberais adotadas no país. Neste sentido, os autores apontam que a ocorrência da doença holandesa no Brasil pelo seu conceito tradicional pode ser uma questão mais relativa à conjuntura internacional favorável para a exportação de *commodities* que à mudança na estrutura produtiva do país no período 2001-2007. A desindustrialização teria sido induzida por políticas de liberalização financeira e pelas políticas monetária, cambial e fiscal nas décadas de 1990 e 2000, as quais podem ter contribuído negativamente em termos da promoção do investimento e do crescimento industrial e do PIB brasileiro nos últimos anos.

Bruno, Araújo e Pimentel (2009) analisam a relação entre regime cambial e evolução da indústria de transformação brasileira no período 1980-2008. Entre 1980 e 1993, obtém-se que a estrutura industrial se mostrou sensível ao regime de câmbio vigente, com a indústria respondendo positivamente às desvalorizações da taxa de câmbio. De 1994 a 2008, a indústria, que se manteve sob o processo de apreciação cambial, não se mostrou sensível às mudanças da taxa de câmbio. Além disso, observou-se que o regime de câmbio apreciado foi prejudicial aos setores tecnologicamente mais sofisticados, favorecendo os ramos mais tradicionais e os ligados às atividades primárias. Os autores constatam que, após a abertura comercial, houve uma especialização produtiva da indústria em setores intensivos em recursos naturais, e os setores tradicionais, como têxteis e vestuário, bem como as atividades ligadas à produção de máquinas e equipamentos, perderam importância relativa, sendo fortemente impactados pelo aumento das importações.

Por seu lado, Oreiro e Feijó (2010) sinalizam a ocorrência de um processo de desindustrialização na economia brasileira, uma vez que a forte apreciação da taxa de câmbio real efetiva no período 2004-2008 foi acompanhada pela perda de dinamismo da indústria em relação ao resto da economia brasileira, em que a taxa de crescimento do valor adicionado da indústria de transformação ficou sistematicamente abaixo da taxa de crescimento do PIB no período. Os autores verificam uma deterioração do saldo comercial da indústria entre 2004 e 2009, apresentando os setores de média-alta e alta tecnologia crescimento expressivo do *deficit* comercial no período, coincidindo com a redução da participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB. Conclui-se que a perda de importância da indústria no PIB e o aumento do *deficit* comercial da indústria, simultaneamente, são indicativos claros de ocorrência de doença holandesa no Brasil.

Em contraposição, outro conjunto de trabalhos entende não existir o problema da doença holandesa no Brasil. Nesta linha, diversos autores enfatizam que estaria em curso um processo de reestruturação da estrutura produtiva brasileira, em que a apreciação cambial e a abertura comercial teriam beneficiado a modernização da indústria nacional e o aumento do potencial competitivo ao patrocinarem a desinflação da economia e a redução dos preços de componentes importados.

O trabalho de Nakahodo e Jank (2006) contesta o argumento de que o crescimento das exportações de *commodities* estaria contribuindo para uma maior apreciação do real e provocando a "commoditização" da pauta de exportações e a desindustrialização

do país. Segundo os autores, no período 1996-2005, as exportações de *commodities* cresceram um pouco mais (8,5% ao ano – a.a.) que as dos produtos diferenciados (5,6% a.a.), porém, entre os últimos, destacam-se certos setores de alta e média-alta tecnologia, como aviões, equipamentos de telecomunicações e veículos automotores (crescimento de 12% a.a.). A partir do Índice de Preços das *Commodities* Brasileiras (IPCB), obtém-se que os preços dos produtos em que o Brasil apresenta maior vantagem comparativa tiveram altas menos expressivas – exceto minério de ferro e petróleo. Ademais, o aumento do *quantum* exportado teve enorme impacto no crescimento do valor das exportações de *commodities*. Por fim, a ideia de que haveria um processo de desindustrialização em curso é contestada pelos *superavit* comerciais crescentes dos produtos diferenciados e pela recuperação do emprego industrial no período recente.

Nassif (2008) encontra evidências que indicam retração da produtividade e baixas taxas de investimento na indústria brasileira após 1999. Porém, para o autor, este fato não qualifica a existência de desindustrialização no Brasil, pois a indústria de transformação conseguiu manter um nível de participação média anual no PIB de 22% entre 1990 e 2000. A análise da estrutura interna da indústria revela que os setores industriais com tecnologias intensivas em escala e baseadas em ciência mantiveram em 2004 praticamente a mesma participação no valor adicionado total que detinham em 1996, diminuindo a participação do grupo com tecnologias intensivas em trabalho em igual período. Por fim, a análise das exportações por setores segundo o grau de sofisticação tecnológica (produtos primários e manufaturados baseados em baixa, média e alta tecnologia) descarta a hipótese de que o Brasil teria retrocedido a um padrão de especialização "ricardiano rico em recursos", pois as alterações nas participações das exportações de produtos primários e manufaturados no total exportado foram pouco expressivas: aumento de 2% para os primários e queda de 3% para os manufaturados.

Barros e Pereira (2008) evidenciam que, apesar da apreciação do câmbio e da concorrência internacional intensa, houve uma expressiva recuperação do setor industrial no período 2003-2007, favorecida pelo impulso da demanda doméstica. A melhora dos fundamentos macroeconômicos deslocou para baixo o câmbio de equilíbrio, gerando *spillovers* para a indústria pela desinflação e queda dos preços de máquinas e equipamentos importados, o que permitiu a modernização do setor industrial. O emprego formal na indústria de transformação cresceu e as vendas externas de bens manufaturados aumentaram. Este aumento das exportações não ficou restrito a poucas

atividades, e a pauta de manufaturados continuou diversificada, sendo percebida uma tendência de desconcentração no período 1990-2007. Assim, o trabalho conclui que o tecido industrial brasileiro está passando por um processo de reestruturação, com ganho de participação das atividades com tecnologia baseada em recursos naturais em relação às demais atividades em função dos investimentos realizados nos segmentos intensivos em recursos naturais entre 1996 e 2004.

Jank *et al.* (2008) encontram evidências de que a estrutura das exportações não sofreu modificações significativas nos últimos anos para corroborar um processo de "commoditização" da pauta exportadora, pois os preços exerceram um papel importante para o aumento das exportações, mas a alta dos preços não foi restrita às *commodities*. Destaca-se que a inserção brasileira no comércio internacional tem sido acompanhada da manutenção das vantagens comparativas em *commodities*, e a continuidade da apreciação da taxa de câmbio real pode acentuar este padrão de especialização. Identifica-se que a rentabilidade das exportações caiu com a apreciação cambial, o que pode ter contribuído para a queda do *quantum* exportado das manufaturas, mas a utilização da capacidade ociosa e o aumento das vendas domésticas influenciaram na redução do volume de manufaturas exportadas. Enfim, os autores advertem que a apreciação cambial parece ter impactado sobre certas categorias de produtos exportados, mas não foram verificadas mudanças estruturais significativas que sinalizassem doença holandesa sobre as exportações, nem um processo de desindustrialização generalizado. Porém, a apreciação contínua da taxa de câmbio real pode comprometer os setores exportadores que não conseguirem se reestruturar para enfrentar a concorrência externa, sendo necessárias medidas para a solução de problemas estruturais que dificultam a competitividade dos setores exportadores.

O grande desafio para os setores público e privado consiste no desenvolvimento de inteligência para lidar com o comércio internacional. Esse aumento da competitividade perpassa pelo contexto da institucionalização do comércio internacional, *vis-à-vis* o amadurecimento da política comercial brasileira, que deve agir de forma clara na busca de acordos comerciais que garantam maior inserção dos produtos brasileiros no mercado mundial. Para Abreu (2002, p. 29-30):

> Os fatores externos que condicionam a política comercial brasileira podem (...) ser classificados como de dois tipos: os que resultam de negociações multilaterais, regionais ou sub-regionais em que o Brasil esteja envolvido diretamente; e os que decorrem de negociações entre parceiros

> brasileiros que tenham implicações importantes sobre interesses econômicos do país, mas das quais o Brasil não participe. A capacidade de o governo brasileiro interferir diretamente com sucesso para flexibilizar as restrições externas oriundas de negociações em que não esteja diretamente envolvido é nula, restando apenas a possibilidade de tentar adotar iniciativas que cancelem as conseqüências desfavoráveis originais. (...) Entre os fatores internos que condicionam a política comercial brasileira, podem ser mencionados como mais relevantes os relativos ao que se poderia chamar de "economia política da proteção", a aspectos macroeconômicos e a fatores estruturais. Estes últimos podem estar relacionados tanto a deficiências competitivas internas às empresas (como, por exemplo, incapacidade de inovar) quanto a ineficiências relativas a fatores externos (como infraestrutura). A "economia política da proteção" reflete não apenas o poder de barganha setorial diferenciado, que a experiência brasileira tem demonstrado ser distribuído de forma muito heterogênea entre setores, mas também o preço que a sociedade está disposta a pagar pela adoção de políticas que redundam na queda de seu nível de bem-estar e que não alcançam necessariamente os objetivos inicialmente propostos.

Existem diversas barreiras de comércio aos produtos agrícolas brasileiros que devem ser contestadas nos organismos internacionais. Ademais, as regulamentações sanitárias em todo o mundo são variáveis e complexas, o que requer harmonização de princípios e procedimentos. Novas instituições devem ser construídas para lidar adequadamente com estas questões.

No plano dos bens, a agregação de valor passa a se dar pela diferenciação dos produtos, a partir da introdução de novos atributos. Consumidores, ou mais precisamente, grupos de consumidores, estão dispostos a pagar mais por esta diferenciação (Henderson *et al.*, 1998). O caso mais geral – e que não é novo – é a diferenciação por qualidade, categoria que finalmente entrou para valer no nosso sistema produtivo, como mostram os casos da carne e do café. Os atributos também podem ser dirigidos a mercados específicos (flores que se abrem em uma determinada data na Holanda, cortes muito específicos de carne para diferentes mercados etc.). Os atributos ainda podem ser ligados a valores, como é o caso dos produtos orgânicos (mel no Nordeste), florestas certificadas ou de manejo sustentável etc.

O Brasil, que domina a competitividade na área de *commodities*, está entrando firme na área de diferenciação por qualidade e para certos tipos de consumidores. A pesquisa de novos produtos, entretanto, é um desafio a se vencer, apesar dos avanços recentes. Combinar volume e diferenciação será o futuro do agronegócio no Brasil.

No plano dos processos produtivos, o novo paradigma começa pela introdução da tecnologia da informação (TI) na análise, no planejamento e no controle da produção (exemplo da pecuária). Isto deve ocorrer na propriedade e na cadeia produtiva e, antes de tudo, deve levar ao atendimento de elevados padrões de sanidade e qualidade. A rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva (inclusive importações) é fundamental.

Commodities e produtos diferenciados, produzidos com alto padrão de qualidade e a custo mais baixo, é o que se pode conseguir e vem sendo conseguido no Brasil. Entretanto, isto ainda não é tudo. A mudança no paradigma produtivo passa pelo foco e pela desverticalização da produção ao longo da cadeia produtiva. A mudança na forma de organizar a produção a partir da fazenda só ocorre porque uma rede de fornecedores (públicos e privados) de conhecimento e insumos vai se criando, na área de *software*, serviços técnicos, sementes, informações de mercado, entre outros.

Dados os volumes expressivos de recursos destinados pelos países desenvolvidos às suas agriculturas, na forma de subsídios e outras medidas de proteção, torna-se necessária uma atuação estratégica por parte dos governos, na busca de garantias de mercados para os produtos nacionais. Os aumentos nos volumes de exportação agrícola brasileira ocorreram sempre em "espasmos", aproveitando-se de contextos favoráveis externamente. Neste sentido, reforçando o que já foi explicitado anteriormente, de nada adianta investir só em *technological capabilities*, se a política comercial brasileira não agir de forma clara na busca de acordos comerciais que garantam maior inserção dos produtos brasileiros no mercado mundial.

O estudo de Stockly, Guerreiro e Raiher (2011) teve como objetivo analisar a evolução das exportações e importações do agronegócio brasileiro e seus determinantes no período de 1995 a 2009. Os resultados do estudo demonstraram uma evolução positiva das exportações em contraste com um decréscimo das importações durante o período analisado. No que se refere às variáveis determinantes, observou-se que o volume das exportações é bem menos sensível ao câmbio que o das importações, destacando que uma desvalorização reduz significativamente o valor desta última. Macroeconomicamente, este é um resultado importante por apontar um caminho para a economia de divisas do país. Entretanto, reduções muito grandes das importações podem comprometer o próprio desempenho do setor, principalmente pelo encarecimento dos insumos essenciais para o seu crescimento.

Além do câmbio, o preço externo influenciou positivamente as importações do agronegócio, da mesma forma que este também exerceu um efeito sobre as exportações. Ao mesmo tempo, estas também foram determinadas positivamente pela renda externa. Assim, de forma geral, o estudo detectou certa dependência tanto das exportações como também das importações por variáveis internacionais (preços externos e renda externa), não havendo dúvidas de que os períodos em que os preços de *commodities* e a renda externa são mais elevados favorecem significativamente o desempenho deste setor.

Diante disso, políticas públicas que elevem a competitividade do agronegócio – como o melhoramento na infraestrutura nacional (portos, estradas, entre outros fatores que concorram para o avanço do armazenamento e dos transportes dos produtos deste setor) e a geração de novas tecnologias que visem elevar a produtividade e que contribuam para a agregação de valor nos bens deste setor – tornam-se necessárias, colaborando para uma maior inserção sua no cenário internacional.

Vale ressaltar que, em junho de 2013, o faturamento com as exportações do agronegócio brasileiro alcançou cerca de U$$ 9,3 bilhões, superando em 14% o valor exportado em junho de 2012. No agregado de janeiro a junho de 2013, o faturamento atingiu os U$$ 50 bilhões, 11% acima do resultado obtido no mesmo período de 2012; e no acumulado dos últimos doze meses, houve expansão de 4% do valor exportado, superando os US$ 100 bilhões.

Esse resultado foi possível principalmente pelo crescimento de volume embarcado de milho, açúcar, etanol, carne bovina, laranja (suco mais fruta), café e soja em grão. Em termos de preços, no entanto, apenas o farelo de soja, o grão de soja, as carnes de aves e suínas, o milho e a celulose tiveram aumento. Dessa forma, o destaque do bom desempenho das exportações brasileiras do agronegócio em 2013 tem sido o crescimento do volume, uma vez que os preços dos principais produtos exportados, como açúcar, álcool, café e suco de laranja, se mantiveram em queda no período (Barros e Adami, 2013).

5 CONCLUSÕES

Desde o ano 2000, o agronegócio brasileiro vem ganhando participação no mercado internacional de alimentos, graças ao aumento contínuo do volume exportado, e também nas exportações totais brasileiras, das quais já representa 40%. No acumulado dos últimos doze meses, o setor agroexportador alcançou faturamento recorde de US$ 100 bilhões (Barros e Adami, 2013).

Os preços externos também apresentaram tendência de crescimento desde o início da série (ano 2000), com leve reversão neste movimento nos momentos de crise (2008 e 2011). No primeiro semestre de 2013, estes preços se mantiveram praticamente estáveis, com relação à média do ano de 2012. Paralelamente, o real se desvalorizou, mas isto não foi suficiente para compensar toda a queda dos preços em dólares, o que impactou a atratividade das exportações do agronegócio nacional em 2013. Em relação ao volume, houve forte crescimento no primeiro semestre de 2013.

Na comparação dos primeiros semestres de 2013 e 2012, registraram-se aumento de 20% no volume exportado, redução de 6% nos preços em dólares, desvalorização de 2% na taxa de câmbio efetiva real do agronegócio e queda de 4% na atratividade (Barros e Adami, 2013) das exportações nacionais. Como resultado, o valor exportado, em dólar, cresceu 14% neste período.

Destacaram-se, pelo crescimento de volume embarcado, o milho, o açúcar, o álcool, a carne bovina, a laranja (suco mais fruta), o café e a soja em grão. Em termos de preços, apresentaram ganhos os produtos do complexo da soja (o farelo de soja e o grão), as carnes de aves e suínos, o milho e a celulose. Com a leve desvalorização da moeda nacional observada no primeiro semestre do ano, o cenário ficou positivo em termos de atratividade apenas para os produtos do complexo da soja (o farelo de soja e o grão), as carnes de aves e suínos, o milho e a celulose. Os demais produtos, como açúcar, etanol, outras frutas, laranja (suco mais a fruta) e café apresentaram redução em atratividade e aumento no volume exportado nesse início de 2013. Dessa forma, o destaque do bom desempenho das exportações brasileiras do agronegócio em 2013 tem sido o crescimento do volume, haja vista que os preços dos principais produtos exportados, como açúcar e café, se mantiveram em queda no período (Barros e Adami, 2013).

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. Política comercial brasileira: limites e oportunidades. *In*: **O desafio das exportações**. Rio de Janeiro: BNDES, dez. 2002. Disponível em: <http://goo.gl/gJmfet>.

BARROS, G. S. C.; ADAMI, A. C. O. **Faturamento do agronegócio supera US$ 100 bilhões em 12 meses**. São Paulo: Cepea; ESALQ/USP, ago. 2013. Disponível em: <http://goo.gl/CGs5fr>.

BARROS, J. R. M. Transição e descontinuidade no crescimento agrícola. *In*: DIAS, G.L.S.; BARROS, J. R. M. **Fundamentos de uma nova política agrícola**. Brasília: Ministério da Agricultura/CFP, 1983. 39 p. (Coleção Análise e Pesquisa, v. 26).

BARROS, O.; PEREIRA, R. R. Desmistificando a tese da desindustrialização: reestruturação da indústria brasileira em uma época de transformações globais. *In*: BARROS, O.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Brasil globalizado**: o Brasil em um mundo surpreendente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. cap. 9, p. 299-330.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. **Existe doença holandesa no Brasil?** *In:* FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 4., 2008, São Paulo: Editora FGV, 2008. Disponível em: <http://goo.gl/HAzhwN>.

BRUNO, M., ARAÚJO, E.; PIMENTEL, D. Regime cambial e mudança estrutural na indústria de transformação brasileira: novas evidências para o período 1994-2008. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37., 2009, Foz do Iguaçu, Paraná. **Anais**... Foz do Iguaçu: ANPEC, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/fcU4A8>.

COELHO, C. N. As exportações agrícolas numa estratégia de comércio exterior. **Revista de política agrícola**, ano 6, n. 3, p. 11, jul./ago./set. 1997.

FAVERET FILHO, P.; PAULA, S. A agroindústria. *In*: BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES 50 Anos –** Histórias setoriais. Rio de Janeiro: BNDES, dez. 2002. Disponível em: <http://goo.gl/QJhW3U>.

FERREIRA, L. R. Produtividade e investimentos públicos na agricultura brasileira. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29., Campinas, 1991. **Anais**... Campinas: Sober, 1991.

GONZALEZ, B. C. R.; COSTA, S. M. A. L. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. **Teoria e evidência econômica**, Passo Fundo, v. 5, n.10, p.7-35, maio 1998. Disponível em: <http://goo.gl/W7F7ML>.

HENDERSON, D. R. *et al*. International commerce in the food sector: patterns and curiosities. *In*: HENDERSON, D. R. *et al.* **Global markets for processed foods**: theoretical and practical issues. Boulder: Westview Press, 1998.

JANK, M. S. *et al.* Exportações: existe uma "doença brasileira"? *In*: BARROS, O.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.) **Brasil globalizado**: o Brasil em um mundo surpreendente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. cap. 10, p. 331-352.

MELO, F. H. A abertura comercial e o papel dos aumentos da produtividade na agricultura brasileira. Brasília: IFB, [s.d.].

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. **A falácia da "doença holandesa" no Brasil**. São Paulo: Ícone, mar. 2006. Disponível em: <http://goo.gl/13aC3U>.

NASSAR, M. A. *et al.* **Modelagem do uso da terra no Brasil**. São Paulo: Ícone, maio 2010. (Relatório final). Disponível em: <http://goo.gl/bjgnY6>.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de economia política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96. jan./mar. 2008. Disponível em: <http://goo.gl/pKHrSK>.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 30, n. 2, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://goo.gl/C7Wcge>.

SAMPAIO, D. P.; PEREIRA, V. V. Doença holandesa no Brasil: uma sugestão de análise conceitual comparada. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. **Anais**... São Paulo: SEP, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/Vt05m4>.

SIMONSEN, M. H. **O crescimento econômico e seus fatores limitativos**. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1978.

STOCKLY, A.; GUERREIRO, E.; RAIHER, A. P. Exportações e importações do agronegócio brasileiro e seus determinantes no período 1995-2009. **Economia e tecnologia**, ano 7, v. 24, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://goo.gl/3yvS5n>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de comércio exterior (DEPLA)**. Balança comercial brasileira mensal. Disponível em: <http://goo.gl/9W4mxd>.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A doença holandesa. *In*: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. cap. 5, p. 141-171.

_____. The dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de economia política**. v. 28, n. 1, p. 47-71, Jan./Mar. 2008. Disponível em: <http://goo.gl/V2CmLc>.

BUENO, R. D. L. S. **Econometria de séries temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CAMPELL, J.; PERRON, P. Pitfalls and opportunities: what macroeconomics should know about unit roots. *In*: BLANCHARD, O.J.; FISCHER, S. (Eds.). **NBER macroeconomics annual 1991**, v. 6, p. 141-201. Cambridge: MIT Press, 1991. Disponível em: <http://goo.gl/tpwLRF>.

CORDEN, W. M. Booming sector and dutch disease economics: survey and consolidation. **Oxford economic papers**, v. 36, n. 3, p. 359-380, nov. 1984. Disponível em: <http://goo.gl/EzCCSo>.

CORDEN, W. M.; NEARY, J. P. Booming sector and de-industrialisation in a small open economy. **Economic journal**, v. 92, n. 368, Dec. 1982. Disponível em: <http://goo.gl/M92S0X>.

DICKEY, D. A.; FULLER, W. A. Distribution of the estimators for autoregressive time series with a unit root. **Journal of the American statistical association**, v. 74, n. 366, p. 427-431, june 1979. Disponível em: <http://goo.gl/8ked86>.

IPEADATA. Base de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea). Disponível em: < http://www.ipea.gov.br>.

KWIATKOWSKI, D. *et al*. Testing the null hypothesis of stationarity against the alternative of a unit root: how sure are we that economic time series a unit root? **Journal of econometrics**, v. 54, p.159-178, 1992. Disponível em: <http://goo.gl/xWrhw0>.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de "desindustrialização" e um novo conceito de "doença holandesa"**. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2005. São Paulo: FIESP/Iedi, ago. 2005.

PHILLIPS, P. C. B.; PERRON, P. Testing for a unit root in time series regression. **Biometrika**, v. 75, p. 335-346, 1988. Disponível em: <http://goo.gl/3lxQb1>.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Everson da Silva Moura
Reginaldo da Silva Domingos

Revisão
Clícia Silveira Rodrigues
Idalina Barbara de Castro
Laeticia Jensen Eble
Leonardo Moreira de Souza
Marcelo Araujo de Sales Aguiar
Marco Aurélio Dias Pires
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Barbara Pimentel (estagiária)
Karen Aparecida Rosa (estagiária)
Tauãnara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)
Wanessa Ros Vasconcelos (estagiária)

Editoração
Bernar José Vieira
Cristiano Ferreira de Araújo
Daniella Silva Nogueira
Danilo Leite de Macedo Tavares
Diego André Souza Santos
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa

Capa
Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Buenos

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m^2 (miolo)
Cartão supremo 250g/m^2 (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea
Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA